

Análise Conclusiva do Controle Interno - ACCI



“Confiar é bom, controlar é melhor”.
(Provérbio Alemão)

DEZEMBRO 2009

Khênia Brito

**Encontro Técnico para Orientações sobre a Prestação de
Contas do Exercício de 2009**

CONTROLE EXTERNO E CONTROLE INTERNO

CONTROLE é a fiscalização exercida sobre as atividades de pessoas, órgãos, departamentos ou setores sobre produtos ou serviços.

CONTROLE EXTERNO: “É o que se realiza por órgão estranho a administração responsável pelo ato controlado, como por exemplo a apreciação das contas do Executivo e do Judiciário pelo Legislativo; a auditoria do Tribunal de Contas sobre a efetivação de determinada despesa do Executivo;...”. (Meirelles, 1990)

CONTROLE INTERNO: “É todo aquele realizado pela entidade ou órgão responsável pela atividade controlada no âmbito da própria administração”. (Meirelles, 1990)

CONTROLE EXTERNO E CONTROLE INTERNO

- O Decreto-lei 200/1967 (Reforma Administrativa) já cita o controle como um dos cinco princípios fundamentais da Administração Pública.
- A Lei 4.320/64 (Lei do Orçamento) também enumera o controle como elemento indispensável à conclusão do ciclo orçamentário (artigos 76 e 77).

O QUE É CONTROLE INTERNO

É um conjunto de métodos e procedimentos criados e adotados pela entidade na proteção do seu patrimônio, na promoção da confiabilidade dos demonstrativos e registros contábeis e na tempestividade relativa a apresentação de dados e informações exigidas pelas normas que regem a Administração Pública e Instruções do TCE.

LEGISLAÇÃO

1. Constituição Federal - Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

2. Constituição Estadual - Art. 32. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, dos Municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembléia Legislativa ou pela Câmara Municipal, conforme o caso, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

LEGISLAÇÃO

3. LRF

Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 o Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:

I - Chefe do Poder Executivo;

II - Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo.

Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.

LEGISLAÇÃO

4. Lei Estadual 1.284/2001 - Lei Orgânica do TCE

Art. 116. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, com a finalidade de:

I. avaliar o cumprimento das metas previstas no PPA, a execução dos programas de governo e do orçamento do Municípios;

II. comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal;

III. exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres dos Municípios;

IV. apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL

Lei Estadual 1.284/2001 - Lei Orgânica do TCE

Art. 119 - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.

Decreto-Lei n° 201 de 27 de fevereiro de 1967 – “Dispõe sobre a Responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores...”

Objetivos Legais do Sistema de Controle Interno

1. avaliar o cumprimento das metas previstas no PPA, LDO, LOA e a execução dos programas de governo;
2. Comprovar a legalidade dos atos e fatos e avaliar os resultados da gestão;
3. Controlar operações de créditos, avais e garantias, bem como os direitos e haveres da entidade;
4. Assegurar que as transações estão sendo registradas adequadamente de modo a permitir a elaboração de demonstrações contábeis, de relatórios exigidos pela LRF e balanço geral;
5. Realizar com frequência o confronto dos registros contábeis e financeiros com a existência física dos bens, direitos e obrigações;
6. Promover o cumprimento das normas legais e técnicas que regem a administração pública;
7. Apoiar o Controle Externo.



Somente um bom **Sistema de Controle Interno** irá garantir informações contábeis e gerenciais tempestivas, relevantes e fidedignas, de modo a atender aos prazos e limites estabelecidos pela LRF e Instruções Normativas do TCE.

O RESPONSÁVEL PELO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO



Conhecimento

Aatitude

Responsabilidade

Apoio

Análise Conclusiva do Controle Interno - ACCI

O SICAP – ACCI foi instituído através da Instrução Normativa TCE/TO nº 08/2008, sobre a remessa e informações sobre o Controle Interno por meio eletrônico com assinatura digital, pelos órgãos da Administração Direta e Indireta dos Municípios.

- O ACCI deverá ser assinado digitalmente, em conformidade ao que dispõe o art. 7º da INº 008/2007;
- O envio e os dados do ACCI via SICAP é semestral e de responsabilidade do Controle Interno, conforme artigos 4º e 6º da Instrução Normativa acima referenciada;
- O módulo SICAP – ACCI tem a abertura da 1ª remessa do exercício de 2009 confirmada para o dia 1º de fevereiro de 2010, conforme Portaria nº 606, de 05 de junho de 2009;

Análise Conclusiva do Controle Interno - ACCI

➤ O exercício de 2010 será semestralmente, nos prazos e condições estabelecidos nos artigos 2º, § 1º e 4º da Instrução Normativa TCE/TO nº 08/2008, concomitante com a 3ª e 6ª remessa do SICAP CONTÁBIL ;

➤ O não envio do ACCI impede a emissão de Certidão para o Município?

Sim, constitui fator impeditivo da concessão das Certidões Liberatórias, para fins de habilitação ao recebimento de transferências voluntárias e realização de operações de crédito de qualquer natureza, conforme art. 7º da INº 008/2008.

➤ O encaminhamento de dados se dará por meio de preenchimento de telas;